

## A dimensão urbanística da preservação do patrimônio na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro

**Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos**  
UFF - Universidade Federal Fluminense

**Andréa de Lacerda Pessoa Borde**  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Andréa da Rosa Sampaio**  
UFF - Universidade Federal Fluminense

### Resumo

Este trabalho investiga o papel que a salvaguarda do patrimônio cultural edificado - bens arquitetônicos, urbanos e paisagísticos da atividade humana, que adquirem significação cultural - exerce na estruturação da forma urbana. Considerando como recorte espacial a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, que comporta tanto o núcleo urbano original, a área central de negócios e os anseios transformadores de grupos políticos e empreendedores imobiliários, investigamos em que medida as práticas de preservação participaram nas propostas urbanísticas à época da valoração patrimonial. A presença desta relação dialética no tecido urbano da Área Central, faz desta área um laboratório de estudos exemplar.

Seriam estes projetos urbanos, e a ameaça da sua concretização na cidade, as motivações para empreender a preservação? Essa Área Central também contém bens protegidos pelo instrumento de tombamento, criado em 1937, e áreas de preservação, estabelecidas a partir dos anos 1980. A despeito da salvaguarda legal, muitos setores e edifícios protegidos estão, por diversas razões, em situação de degradação. Contribuem para este quadro a institucionalização de práticas patrimoniais que carecem de uma dimensão projetual descolando-as do papel que desempenham na produção da forma urbana. A fim de retomar a capacidade do patrimônio como projeto e legado para o futuro é fundamental compreender os processos que incidiram em sua valoração

de maneira articulada às propostas urbanísticas desenvolvidas. Questão que será analisada aqui a partir de uma situação empírica emblemática: o projeto da Av. Norte-Sul e sua repercussão no tombamento do edifício da antiga Escola de Engenharia.

### Introdução

Este trabalho investiga o papel que a salvaguarda do patrimônio cultural edificado - bens arquitetônicos, urbanos e paisagísticos da atividade humana, que adquirem significação cultural - exerce na estruturação da forma urbana. Considerando como recorte espacial a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro investigamos em que medida as práticas de preservação participaram nas propostas urbanísticas à época da valoração patrimonial. Seriam estes projetos urbanos, e a ameaça da sua concretização na cidade, as motivações para empreender a preservação?

Duas faces de uma mesma moeda, estas ações, por vezes contraditórias, são partes fundamentais nas disputas travadas no ambiente urbano. Os embates, contudo, não anulam os diálogos positivos que se verificam em práticas conciliadoras desenvolvidas desde a definição do conceito da “conservação integrada”<sup>1</sup> nos anos 1970.

No âmbito da escola de estudos críticos patrimoniais,<sup>2</sup> o geógrafo David Charles Harvey<sup>3</sup>, define o patrimônio, e seu processo de valoração e valorização, como um fenômeno contemporâneo, atrelado a um presente onde se reconhecem vestígios do passado com vistas à preservação para o amanhã. Partimos, portanto, da compreensão contemporânea do patrimônio

como um aliado à produção da cidade e como um “legado para o futuro”<sup>4</sup>, distanciando-se da concepção da salvaguarda como um oponente às transformações urbanas, que embora ultrapassada conceitualmente, persiste em debates atuais.

### **Salvaguarda x Transformação na Área Central da Cidade**

A relação dialética entre a preservação e a renovação tem na Cidade do Rio de Janeiro, um exemplar laboratório de estudos. Capital nacional entre os anos de 1763 e 1960, sua Área Central comporta no núcleo histórico de formação da cidade, um Centro de Negócios, alvo dos anseios transformadores compartilhados por grupos políticos e empreendedores imobiliários.

Ela também contém uma série de bens edificados protegidos a partir do instrumento do tombamento<sup>5</sup>, criado pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937. Esta seria a medida usual de reconhecimento de valor histórico e artístico das excepcionais produções materiais no país, pelo órgão de tutela federal, o SPHAN<sup>6</sup>, atual IPHAN. O instrumento, embora promova a proteção legal do bem material, ainda se encontra distante de garantir sua efetiva preservação.

Em 1938, mesmo ano em que o SPHAN inicia suas atividades de proteção dos imóveis representativos do passado colonial e imperial do Brasil,<sup>7</sup> a Prefeitura do Distrito Federal apresenta propostas urbanísticas filiadas ao movimento moderno para o antigo tecido da Área Central. Momento em que as vias expressas iriam substituir o modesto casario de séculos precedentes. Entre estes projetos, destacam-se a urbanização da Esplanada do Castelo, a abertura da Avenida Presidente Vargas, e a construção da Avenida Perimetral.

Na rota de colisão com a abertura da Avenida Presidente Vargas, no início dos anos 1940, arquiteturas recém tombadas - como o edifício neoclássico projetado pelo arquiteto Grandjean de Montigny para a Praça do Comércio, as Igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário, e o paisagismo de Glaziou para o Campo de Santana - seriam sacrificadas em nome do desenvolvimento urbano. O descompasso entre as proposições do SPHAN e da Prefeitura do Distrito Federal seria o prenúncio desse cabo de guerra entre os diferentes projetos de cidade apagando do mapa,

entre outros importantes elementos da morfologia urbana característica da consolidada área central, a arquitetura industrial de ferro do Mercado Municipal preservando apenas um de seus torreões e o pavilhão Monroe, na Cinelândia, na esteira das obras da implantação da rede metroviária nos anos 1970.

É importante destacar que além dos projetos urbanos implantados alguns deles apenas parcialmente executados “legaram remanescentes pela cidade”, portanto produzindo “impactos sobre a configuração espacial da área”<sup>8</sup>. Dois destes projetos contribuíram fortemente para a colcha de retalhos urbanísticos da Área Central: as avenidas Diagonal (1940, de Saboya Ribeiro) e Norte-Sul (1948, de Affonso Eduardo Reidy). Embora revogadas em 1963,<sup>9</sup> elas imprimiriam seus vestígios na forma urbana com proposições inconclusas e desconexas ao ambiente pré-existente.

Associando a política de desenvolvimento urbano às práticas de preservação, o projeto do Corredor Cultural de 1979, reconhecera o valor dos contextos sociais de tradições que se atrelavam à materialidade do velho casario do tecido colonial remanescente da Área Central, com suas atividades predominantemente comerciais. Na contemporaneidade, esse trecho da cidade concentra mais de 200 bens tombados, em múltiplas esferas de proteção. A estes tombamentos agregam-se as áreas de preservação patrimonial municipal, oriundas do relativo sucesso da experiência do Corredor Cultural. Consolidadas com o instrumento das APAC - Áreas de Proteção do Ambiente Cultural, esses setores preservados registram uma problemática situação de degradação dos imóveis, a despeito da sua salvaguarda legal.

Dentre os fatores para essa situação problemática, estariam as próprias práticas de institucionalização do patrimônio. O processo de valoração na conjuntura atual carece de uma dimensão projetual, ao invés de reconhecer a ação de tombamento e preservação como um meio de orientar a forma da cidade.<sup>10</sup> Estariam sendo reproduzidas, sem ampla revisão, práticas e instrumentos que necessitam ser reavaliados tendo em vista sua efetividade para a preservação na atualidade.

Em uma compreensão contemporânea, que contempla uma necessária atualização dos parâmetros e conceitos da prática da

salvaguarda, ressoam alto os ecos do alerta de Choay sobre a eminente perda da competência do edificar do homem. É oportuna na discussão patrimonial a conservação da “nossa capacidade de lhe dar continuidade e de substituí-la”,<sup>11</sup> em contraponto ao congelamento das práticas de preservação.

Como etapa fundamental nessa retomada da capacidade de projetar o patrimônio como um legado para o futuro, está a compreensão dos processos que incidiram em sua valoração original, que por sua vez, estariam associados às propostas urbanísticas que se desenvolveram, mesmo que parcialmente, em paralelo a essas atividades de salvaguarda.

### **Salvaguarda x Transformação na Área Central da Cidade**

Os estudos de morfologia urbana foram adotados como referencial metodológico para empreender esta investigação. Estes contemplam a leitura da forma como um processo de transformação da materialidade da cidade, sendo a sua configuração contemporânea uma amálgama dos “resultados tangíveis de forças sociais e económicas”<sup>12</sup> que incidem sobre a urbe ao longo do tempo. A dimensão temporal é fundamental nesta abordagem, uma vez que o “estudo do conjunto da estrutura urbana só se concebe em sua dimensão histórica”.<sup>13</sup>

Segundo Kostof, associam-se duas categorias de processos urbanos nessa transformação. A primeira estaria relacionada às “pessoas, forças e instituições que produzem a forma urbana”,<sup>14</sup> no qual incluem-se os arquitetos-urbanistas, planejadores, e o aparelho estatal que define e regula as leis de uso do solo, assim como identificam, reconhecem e protegem bens de interesse cultural. O segundo sentido, referir-se-ia à mudança física das cidades, nas quais “ações conscientes e inconscientes (...) mudam seus traços de maneira apenas perceptível em longas passagens do tempo”.<sup>15</sup>

### **A dimensão urbanística do tombamento da antiga Escola de Engenharia**

Nesta concepção da cidade em contínuo processo de produção, com o apoio da cartografia histórica, procura-se compreender o papel da salvaguarda do patrimônio na estruturação da forma urbana. Na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, destaca-se o caso

da Av. Norte-Sul, que nunca plenamente concretizada, seria contraposta, na década de 1960, com a proteção do edifício da antiga Escola de Engenharia no Largo de São Francisco de Paula. Atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, a ameaça de seu desaparecimento pela renovação urbana, mobilizou a comunidade acadêmica na salvaguarda deste marco edificado da educação brasileira.

O imóvel em questão remonta ao projeto da Igreja da Sé Nova, em meados do século XVIII. Da construção monumental, ergueram-se apenas suas fundações e algumas de suas paredes, sendo interrompidas as obras em 1759. Neste mesmo local, começa a partir de 1812, a construção do edifício da recém-criada Academia Real Militar, precursora da Escola Politécnica da UFRJ. Seguindo a mesma implantação da igreja inacabada, o edifício de dois pavimentos seria descrito por Moreira de Azevedo, como uma edificação “acaçapada e sem elegância”,<sup>16</sup> cujas linhas simples não condiziam com o seu uso como escola de engenharia. Reformado em 1905, com acréscimo de um terceiro pavimento e um pórtico com colunata encimado por frontão reto, o imóvel manteve desde as origens sua apropriação educacional.

Desde 1948, a edificação oitocentista de linhas neoclássicas estava fadada a demolição pelo projeto da Norte-Sul. Seu eixo atravessaria os fundos do imóvel, enquanto corpo de acesso, de frente para o Largo de São Francisco, seria substituído por um lote do projeto urbano, que previa a construção de um edifício com 10 pavimentos, sobreloja e galeria de pedestres.

O eixo da Av. Norte-Sul (em amarelo), e a Escola de Engenharia (em vermelho). SMU-RJ. A iniciativa de preservação, contudo, só viria acontecer em 1960, com o pedido do reitor da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), Pedro Calmon, para tombamento do prédio pela DPHAN (sucessora do SPHAN). Lúcio Costa, chefe do Departamento de Estudos e Tombamentos do órgão, apresenta um parecer negativo ao tombamento, “devido ao caráter arbitrário e bisonho predominante nas várias etapas da construção e sucessivas adaptações que constituem o todo edificado”.<sup>17</sup> O arquiteto, contudo, faz menção ao pórtico da edificação como uma exceção a essa descrição, e reconhece como “legítimos e respeitáveis os sentimentos



Figura 1. Edifício da antiga Escola de Engenharia, ao longo do tempo. 1 - Em 1817, as ruínas da Sé Nova (Aquarela de Thomas Ender). 2 - Em 1895 (Fotografia de Marc Ferrez). 3 - No início do século XX (Fonte: BN Digital).

de ordem cívico-sentimental<sup>18</sup> que motivaram o pedido. Esse parecer, todavia, não foi acolhido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da DPHAN, que o submete à avaliação do Conselho Consultivo. Considerava-se dois fundamentos para a sua proteção: a responsabilidade cultural do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, na solicitação pelo tombamento, e o potencial que sua proteção tem para a ambiência da área, que já conta com a igreja de São Francisco de Paula, tombada em 1938.

O Conselho Consultivo, por sua vez, delibera, em 1961, sobre o tombamento da massa do edifício. Especial atenção é conferida ao pórtico e ao vestíbulo, que segundo o relator Paulo Santos, “conservam um e outro a nobreza própria à melhor arquitetura neoclássica do período”.<sup>19</sup> A parte frontal foi protegida, enquanto se permitiu que o corpo posterior,<sup>20</sup> considerado “sem qualidades artísticas excepcionais”, fosse arrasado pela Avenida Norte-Sul.

O sossego seria breve uma vez que a proposta da avenida é retomada na década seguinte durante o governo de Chagas Freitas. Em proposta

urbanística de 1970, o eixo viário segue o alinhamento previsto no projeto anterior, resguardando o corpo principal do imóvel tombado. O fantasma da execução da avenida permeava o tecido urbano da área, tendo seu fim sacramentado através de duas iniciativas paralelas: o pedido de tombamento do imóvel, como um todo, ao órgão de tutela estadual, o INEPAC, e o projeto do Corredor Cultural, que pôs fim à avenida Norte-Sul, em 1983, incluindo a edificação universitária como parte integrante da sua área de preservação ambiental.

Com relação ao tombamento, seu pedido teve como motivação uma reportagem do Jornal de Brasil que indicava que o “berço da engenharia brasileira” se achava “ameaçado a perder de 16 m” devido ao projeto da Norte-Sul. A mesma resultou em um abaixo-assinado pelos estudantes de graduação, de pós-graduação e professores da UFRJ, solicitando a manutenção do imóvel, com mais de 600 assinaturas.

Instaurado o processo no INEPAC, com vistas à avaliação do pedido, o mesmo teve um parecer favorável, conforme o texto redigido pelo conselheiro relator do Conselho Estadual de Tombamento em 14 de maio de 1983,

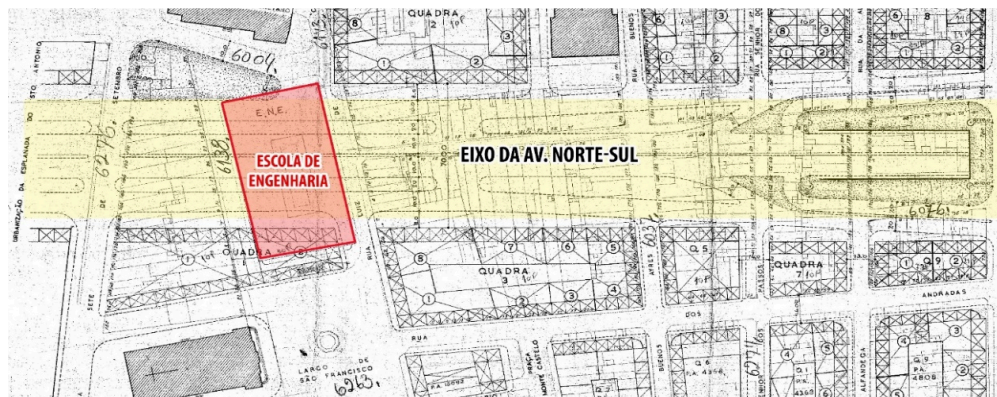


Figura 2. Parte do PAA nº 5407/PAL nº 15312 de 1950. Av. Norte-Sul. O eixo da Av. Norte-Sul (em amarelo), e a Escola de Engenharia (em vermelho). Fonte: SMU-RJ.

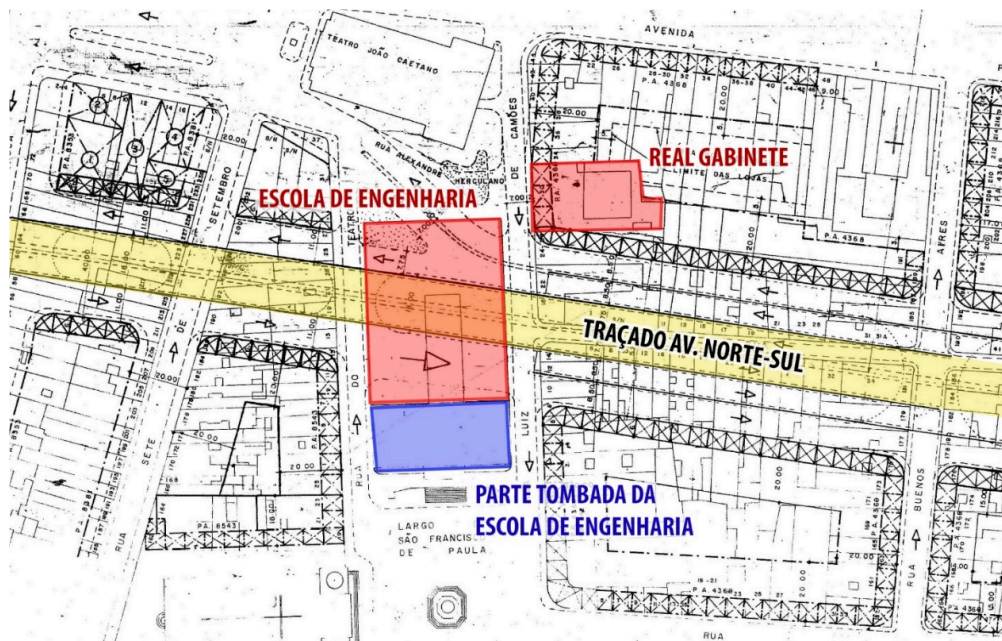


Figura 3. Parte do PAA nº 8944 de 1970. Av. Norte-Sul. O eixo da Av. Norte-Sul (em amarelo), e a parte protegida da Escola de Engenharia (em azul). Em vermelho, o que seria demolido (os fundos da Escola de Engenharia e o Real Gabinete de Leitura Portuguesa). SMU-PCRJ.

incorporando toda extensão do imóvel, “desde que esteja realmente e definitivamente revogado o PA para a construção da Av. Norte-Sul e demolida toda construção acrescida que desfigura sua originalidade”<sup>21</sup> Concomitante a esse parecer que recomenda o tombamento provisório do edifício, o Projeto do Corredor Cultural, que vinha sendo amadurecido, desde 1979, tem suas propostas aprovadas, e apresentadas no PAA<sup>22</sup> nº 10.290, pondo fim à avenida Norte-Sul, e reconhecendo a edificação como integrante da sua área de preservação ambiental.

### Considerações finais

O tombamento da Escola de Engenharia é apenas um dos casos na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro que reforça o impacto do embate que a preservação e a renovação urbana têm na configuração contemporânea do seu tecido urbano. Mais do que um registro do passado, os bens patrimoniais, são, portanto, peças estruturadoras da forma urbana, e seu processo de proteção se afirmam como um meio de projetar a cidade, que por vezes entra em conflito com as forças que orientam a produção

urbanística. Cabe no presente, ir em direção a uma posição conciliadora que reconheça o potencial desses vestígios como legados para o futuro. Logo, delineia-se a importância de apreender a dimensão urbanística da preservação como parte integrante das futuras proposições de futuro para a cidade.

## Notas de Fim

1. O conceito da “conservação integrada” estabelecia que a conservação do patrimônio arquitetônico deveria ser considerada “não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial” (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975).
2. Os estudos críticos de patrimônio (critical heritage studies) compreendem uma rede de acadêmicos e pesquisadores que trabalham no campo ampliado e interdisciplinar dos estudos de preservação patrimonial cultural.
3. David C. Harvey, “The History of Heritage” in *The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*, ed. Brian Graham and Peter Howard (Aldershot: Ashgate, 2008), 19-36.
4. Andréa de Lacerda Pessôa Borde and Andréa da Rosa Sampaio, “Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro”, in *54o Congresso Internacional de Americanistas*, 2012, Viena. A arquitetura das cidades: centros históricos como artefatos culturais (Niterói: PPGAU/UFF, 2012)
5. O instrumento, ainda vigente no âmbito nacional, incide apenas em bens materiais, logo, tomba-se apenas a matéria. Protege-se, contudo, muito mais que a esta, preservando os valores artísticos e históricos – e, portanto – elementos imateriais, que se atrelam a estes determinados bens móveis e imóveis reconhecidos como excepcionais para a nação.
6. O SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi estabelecido oficialmente a partir da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, após sua criação em caráter provisório no ano anterior.
7. A cidade do Rio de Janeiro concentrava em 1938 o maior número de bens tombados por município no Brasil, pelo então recém-criado órgão de tutela federal, o SPHAN, com 88 exemplares protegidos.
8. Andréa da Rosa Sampaio, “Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação”, *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, no. 10 (Rio de Janeiro: AGCRJ, 2016), 194-195.
9. Os projetos da Norte-Sul e da Diagonal seriam revogados em 1963, devido a pressões comunitárias, já no âmbito administrativo do Estado da Guanabara [1960-1975], durante o governo Carlos Lacerda. O projeto da Norte-Sul seria, contudo, retomado em 1970.
10. Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos, “Leituras de Passado, Desenhos de Um Futuro: A Preservação do Patrimônio Cultural Edificado na Área Central do Rio de Janeiro” (tese de doutorado, PROURB-FAU-UFRJ, 2018).
11. Françoise Choay, “A Alegoria do Patrimônio” (São Paulo: Ed. UNESP, 2001), 257.
12. Anne Vernez Moudon, “Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente”, *Revista de Morfologia Urbana*. v. 3, no. 1, (2015): 41.
13. Philippe Panerai, “Análise Urbana” (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006).
14. Spiro Kostof, “*The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*” (New York: Bulfinch Press, 1993).
15. Kostof.
16. Moreira de Azevedo, “O Rio de Janeiro. Sua história, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades” (Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1877).
17. IPHAN. “Processo nº 615-T-60”. (Rio de Janeiro, RJ. 1960), 8.
18. IPHAN, 8.
19. IPHAN, 12.
20. A parte posterior do imóvel só seria contemplada com tombamento pela esfera federal em 1998.
21. INEPAC. “Processo E-03/011.357/83”. (Rio de Janeiro, RJ. 1983), 21.
22. Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA).